

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Viração ou sevirologia? o trabalho e a cultura urbana entre o pragmatismo e a reflexividade

Leonardo de Oliveira Fontes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17802>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

VIRAÇÃO OU SEVIROLOGIA? O TRABALHO E A CULTURA URBANA ENTRE O PRAGMATISMO E A REFLEXIVIDADE

AUTOR Leonardo de Oliveira Fontes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9686-7597>

[<lofontes@unicamp.br>](mailto:lofontes@unicamp.br)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil.

RESUMO: O termo “viração”, formulado pela primeira vez por Maria Filomena Gregori em seu clássico estudo sobre meninos de rua na década de 1990, se tornou um lugar comum a sociologia urbana e do trabalho no Brasil. O uso corrente do termo, contudo, tem perdido o sentido original pretendido por Gregori e corre o risco de perder seu potencial explicativo. Além disso, ao transpor o termo sem as devidas mediações de uma realidade de crianças em situação de rua, sem grandes perspectivas além da sobrevivência, para famílias de trabalhadores (e em muitos casos “empreendedores”) das periferias urbanas, perde-se o elemento fundamental da reflexividade e dos projetos de vida em torno de mobilidade social. Como alternativa, discuto a noção de “sevirologia” categoria nativa de algumas de minhas interlocutoras e originário de movimentos culturais periféricos. O termo busca recuperar a dimensão reflexiva presente nas formas de “se virar” entre moradores de periferias urbanas.

Palavras-chave: viração, periferias urbanas, pragmatismo, reflexividade, empreendedorismo.

“VIRAÇÃO” OR “SEVIROLOGIA”? WORK AND URBAN CULTURE BETWEEN PRAGMATISM AND REFLEXIVITY

ABSTRACT: The term “viração”, first coined by Maria Filomena Gregori in her classic 1990s study on street children, has become a commonplace concept in Brazilian urban and labor sociology. However, its current usage has drifted from the meaning Gregori originally intended, risking the loss of its explanatory power. Moreover, when the term is transposed from the reality of street children, whose horizons rarely extend beyond mere survival, to the families of workers (and, in many cases, “entrepreneurs”) in urban peripheries, the crucial element of reflexivity and life projects centered on social mobility is lost. As an alternative, I discuss the notion of “sevirologia”, a native category used by some of my interlocutors that originated in peripheral cultural movements. This term seeks to reclaim the reflexive dimension inherent in the ways residents of urban peripheries get by (“se virar”).

Keywords: viração, urban peripheries, pragmatism, reflexivity, entrepreneurialism.

INTRODUÇÃO

Em 1997, Maria Filomena Gregori defendeu a tese, publicada em livro em 2000, intitulada “Viração: experiências de meninos nas ruas”. Partindo de uma análise etnográfica e da categoria nativa

de que era preciso “se virar”, ela criou e definiu de maneira clara e bastante influente o conceito de “viração”.

No entanto, sem que fosse feita a devida análise teórica para averiguar a adequação da aplicação do conceito a outros contextos, a categoria “viração” caiu no gosto de sociólogos do trabalho e, especialmente, da sociologia urbana. Desde aqueles que se dedicam a analisar as práticas em torno do trabalho informal e/ou precário (Rizek, 2006; Telles, 2006), da questão da uberização do trabalho (Abilio, 2017; 2021; Uchôa de Oliveira; Nandy; Vedovato & Assis, 2023; Franco, 2021), e até mesmo da temática da produção cultural periférica ou marginal (Campos, 2017) ou do empreendedorismo popular (Costa, 2022).

Em 2025, o uso do termo ganhou de vez o debate público com o lançamento da série “Viração — Novos empreendedores”, da Globonews. Na descrição feita pelo próprio canal, a série mostra “brasileiros que não querem saber de empregos tradicionais, com carteira assinada, mas sim de autonomia para fazer sua própria jornada de trabalho”. Ainda que a série aponte dificuldades e contradições da condição de “empreendedores”, como a ausência de proteção em caso de acidentes, as incertezas com relação ao nível de rendimentos e a necessidade de realizar jornadas longas e exaustivas, o caráter ideológico de apontar como os trabalhadores do século XXI rejeitam a CLT se sobressai e é parte de um movimento mais amplo que parte dos grandes veículos de comunicação têm empreendido nos últimos anos.

Faço referência a essa ampliação do uso do termo não para discutir sua possível apropriação ideológica, mas para apontar que o uso indiscriminado da categoria pode fazer com que ela perca sua capacidade explicativa. Quando falamos em “viração” na sociologia urbana quase todo mundo no campo consegue ter uma boa noção do que estamos falando. Em poucas palavras: trata-se da capacidade de trabalhadores precarizados de “se virar” nesse contexto adverso. Ao mesmo tempo, ninguém é capaz de diferenciar analiticamente as diversas situações concretas de “viração”.

Assim, o conceito pode servir para qualificar um entregador de aplicativos, um empreendedor periférico do mundo da cultura, um pequeno comerciante, alguém que atua nas porosas fronteiras da ilegalidade praticando pequenos furtos ou vendendo drogas ou mercadorias contrabandeadas ou falsificadas ou, ainda, qualquer outra pessoa que teve que “se virar” ao longo da vida para garantir sua sobrevivência material. A precariedade material, traduzida na ausência de proteção ao trabalho e na vulnerabilidade socioeconômica, é a regra. Dessa forma, a condição estrutural seria o elemento

unificador dessa situação e que determinaria a conduta das pessoas e o conceito serviria mais como forma de denúncia dessa situação do que como forma de explicação ou compreensão sociológica.

Desse modo, é possível dizer que a categoria ganhou o status de “quase-conceito” (Machado da Silva, 2002) devido à sua capacidade de criar uma crítica interna de conceitos mais amplos, descrevendo fenômenos que muitas vezes escapam à compreensão conceitual, ao mesmo tempo em que fornecem referências cognitivas relativamente estáveis que orientam nossa percepção de certos fenômenos sociais. Assim, o “quase-conceito” encontra-se em uma zona porosa, a meio caminho entre a percepção social e uma reflexão conceitual mais ampla e rigorosa.

Este artigo busca revisitar teórica e analiticamente a categoria “viração” para identificar seus potenciais e limites. Ao fazer isso e em diálogo com outra categoria nativa que tem aparecido em minha pesquisa de campo nas periferias de São Paulo – a “sevirologia” – pretendo apontar diferenças e complementariedade de cada conceito. Para isso, apoiarei minhas reflexões teóricas no pragmatismo e na crítica ao realismo de Margaret Archer que defende a “competência reflexiva” dos sujeitos.

Este texto está dividido em mais quatro partes além desta introdução. Na próxima seção reconstruo o conceito de “viração” tal como definido por Maria Filomena Gregori destacando seu triplo caráter: material, simbólico e de circularidade. Em seguida, busco interpretar sociologicamente o conceito à luz do pragmatismo e apontar seu limites a partir da teorização de Margaret Archer. Depois, esboço uma genealogia da noção de “sevirologia” destacando as diferenças entre os dois conceitos. Por fim, reservo algumas linhas para as considerações finais.

RETOMANDO O CONCEITO: O TRIPLO CARÁTER DA VIRAÇÃO

No primeiro capítulo de sua obra “Viração: experiências de meninos nas ruas” Gregori (2000, p.31) apresenta uma cena etnográfica em três atos. No primeiro, o “menino de rua”, apresentado como Rodrigo, é extremamente agressivo: xinga o dono de uma banca de jornal, atira palitos de fósforo acesos contra os agentes sociais e, por fim, joga pedras contra eles. No segundo, Rodrigo leva uma bronca de outra pesquisadora, colega da autora, e ouve cabisbaixo, mas, em seguida, volta a ser agressivo, atirando moedas ganhas de um transeunte contra ele mesmo e passa a agir fisicamente tentando pegar algo do bolso da pesquisadora. Por fim, no terceiro ato, Rodrigo adota o figurino de “coitadinho”, com “cara enternecedora” e “voz mansa” pede e consegue que alguém lhe compre um salgado e um refrigerante.

Gregori aponta que o tratamento dado a esses garotos pela sociedade varia entre dois extremos: ou são “grandes vítimas da sociedade” ou “monstros” e “bandidos em potencial”. Para ela, essas representações são incorporadas pelos meninos que constroem performances situacionais e, assim, se apresentam hora como agressores que demandam atenção e repreensão, hora como “meninos levados” que pedem certo cuidado ou bronca, e hora como vítimas da fome que despertam a indignação e solidariedade de quem cruza seus caminhos.

A categoria “viração”, tal como definida pela autora, surge justamente dessa simbiose entre a luta pela sobrevivência e a interação simbólica entre eles e com as demais pessoas que ocupam o mesmo espaço social, no caso, as ruas da cidade. Desse modo, além de designar o “ato de conquistar recursos para a sobrevivência”, fazendo referência às “atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc” o conceito também aponta para a “tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições de forma não excludente” (Gregori, 2000, pp. 30 e segs.).

Nas múltiplas “máscaras” que os interlocutores de Gregori podem usar – trombadinha, aviãozinho, menor carente, sobrevivente – eles estabelecem um jogo ativo de comunicação permanente com a cidade e seus personagens. Assim, a “viração” é também sobre o estabelecimento de relações com a sociedade e seus diversos agentes individuais – transeuntes, comerciantes, agentes sociais, pesquisadores – e institucionais – polícia, órgãos estatais de assistência social, ONGs.

Viver na rua demanda, portanto, um saber prático sobre como lidar com as representações e imagens que são produzidas sobre esses “meninos” de modo a selecioná-las para se posicionar de forma verossímil, o que requer uma habilidade pragmática e situacional para alcançar seus objetivos.

No entanto, há uma terceira dimensão na “viração” que Gregori extrai não tanto de sua etnografia, mas da análise de biografias de ex-moradores de rua. Em diálogo com a “dialética da malandragem”, tal como descrita por Antônio Cândido, a autora destaca que esses garotos praticam a “astúcia pela astúcia” desenvolvendo um “amor pelo jogo-em-si” (Mello e Souza, 1993 apud Gregori, 2000, p. 47) e que, portanto, cairiam em um “círculo vicioso da viração”. Em suas palavras, “a experiência não projeta para o futuro, para além de uma espécie de imanência ao prazer de manipular” (Gregori, 2000, p. 49).

Em suma, o que os interlocutores apresentados por Gregori buscam, para além da sobrevivência material mais imediata em situações de extrema precariedade, é um *parecer ser* que facilite

suas relações com a sociedade. Os tipos ou as performances que eles constroem são elaborados pela incorporação do arcabouço simbólico que é feita sobre eles por outros atores. Para ela, o sentido dessas simulações é, de um lado, estabelecer um lugar a partir do qual a relação e a comunicação com a sociedade são possíveis e, de outro, exprimem a necessidade de experimentação própria à constituição de uma identidade, típico da fase da vida em que estão.

No entanto, esses tipos tem efeitos reais que os aprisionam. Nos casos em que eles saem desse lugar e alcançam algum grau de mobilidade social, por exemplo, essa experiência significa, para eles, encontrar-se em um “não-lugar”, uma espécie de limbo social uma vez que eles extraem o prazer e sentido da vida na experiência do “jogo-em-si”. A viração seria, portanto, “definitiva em sua indefinição” e “um movimento circular e aprisionante” que impediria a “integração em outros meios sociais que não aqueles já experimentados”. Além disso, diante da ausência de um “ritual de passagem” para a maioria, essas crianças e adolescentes não estariam preparadas para a nova etapa da vida com um “novo lugar social” (Gregori, 2000, p. 222-225).

Na próxima seção farei uma tentativa de elaboração teórica das possibilidades de ação social em contexto de precariedade e de enquadrar a leitura antropológica de Gregori em uma teorização sociológica. Além disso, buscarei apontar como o conceito desenvolvido pela autora traz nesse elemento da incapacidade de furar o ciclo vicioso da viração justamente seu limite para a exacerbação para outros contextos contemporâneos.

RETOMANDO A CENTRALIDADE DA AGÊNCIA: ENTRE O PRAGMATISMO E A REFLEXIVIDADE

Uma das grandes questões sociológicas do nosso tempo é o entendimento das possibilidades e limites para a ação social. De certa forma, trata-se de buscar entendimentos sobre a capacidade de agir dos sujeitos para além da lógica da reprodução social implícita na teorização bourdieusiana em torno do *habitus* (Vandenbergh, 2016; Bortoluci, 2014).

Pela natureza antropológica do livro de Maria Filomena Gregori, o diálogo com a teoria sociológica não se dá nesses termos. De todo modo, é possível notar fortemente nos escritos da autora e da tradição da antropologia urbana à qual ela está ligada uma busca incessante por reforçar a capacidade de agência dos atores sociais. Isso fica evidente nas considerações finais de seu livro:

O menino se vira, empregando os termos dessa oscilação [das representações simbólicas e materiais que sobre ele incidem] de acordo com o contexto que interage. E essa capacidade de transitar não resulta apenas da ambiguidade. Se assim considerasse, eu teria de acreditar firmemente que as prescrições nomeadoras criam o real. Dito em outros termos: teria de reduzir o menino de rua a uma mera invenção das instituições. [...] Exageros à parte, trata-se de reconhecer que, mesmo que as prescrições não tenham todo esse poder, elas nomeiam e instituem lugares sociais.

O “nomeado” não encontra um modelo seguro a respeito de si, encontra vários, oscilantes e antagônicos. E aprende a lidar com eles e com a própria oscilação. Acaba por se adaptar a essa labilidade, até porque ela também constituiu uma experiência que lhe é familiar. Aquilo que melhor caracteriza a sua vivência passa a ser esse movimento de entrar e sair – de relações, de posições –, essa troca de imagem ou de máscara social. (Gregori, 2000, pp. 220-221, grifos meus).

Como fica evidente, há um claro reconhecimento da capacidade de nomear e instituir lugares sociais por parte das instituições e pessoas que interagem com os “meninos de rua” o que, neste contexto, poderia ser entendido como a estrutura social a que esses garotos estão submetidos. Ao mesmo tempo, ela reforça os limites dessa nomeação ao apontar que eles não são uma “mera invenção das instituições” e, portanto, agem dentro desta estrutura trocando suas “máscaras sociais” de acordo com o contexto.

Não há referências teóricas explícitas nessa passagem, mas há implicitamente a referência ao trabalho de Erving Goffman (2009) “A representação do eu na vida cotidiana” – texto citado em sua bibliografia – quando se refere à troca de “máscaras sociais”. Goffman foi um dos mais importantes autores da segunda geração da chamada Escola Sociológica de Chicago, fortemente influenciada pelo pragmatismo americano. É desta pista deixada por Gregori que parto para tentar traçar o caráter sociológico por trás do conceito de “viração”.

O pragmatismo é uma corrente filosófica que surge nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, no contexto pós-Guerra de Secessão com filósofos como Charles Pierce, William James e John Dewey. Entre seus formuladores havia, de um lado, uma preocupação em se contrapor à leitura cartesiana do iluminismo de que a “verdade” poderia ser conhecida por meio do método científico e, de outro, uma preocupação normativa com a construção da democracia em meio divisão racial e política vivenciada pelos Estados Unidos.

Trata-se, portanto, de uma filosofia moral cuja premissa central era a de que a tarefa da democracia não é encontrar a verdade dos fatos, mas sim encontrar o que é certo e justo a partir da própria experiência das pessoas. Para os pragmatistas, o objetivo não é buscar uma resposta metafísica para o conceito de verdade, mas desvendar aquilo que funciona na prática em termos de solução dos problemas públicos (Dewey, 1946). A preocupação central do pragmatismo estava, portanto, nas

consequências do pensamento e das ações a partir do olhar empírico para a realidade social observando as mudanças e consequências das ações sociais. Com isso, o pragmatismo busca certa “democratização” da filosofia uma vez que todos nós somos capazes de experienciar, pensar e agir.

Nesse sentido, Dewey (2007 [1931]) defendia que a validade de um conceito deveria ser determinada por sua aplicação concreta em nossas vidas. Para ele, o que vale de um conceito é a conduta que ele dita ou inspira e essa conduta é inspirada porque ela prevê uma mudança que vai clamar por aquela conduta. Assim, as crenças determinam as ações e as consequências disso vão implicar na renovação ou não daquela crença. A ação, portanto, tem o papel de intermediário entre aquilo que se acredita em termos morais e aquilo que se apresenta concretamente para nós. Assim, a ideia de prática no pragmatismo tem a ver com o concreto, o particular e o efetivo em oposição ao abstrato, geral, inerte. Com isso, busca-se evitar “o sacrifício da diversidade concreta e complexa das coisas para alcançar a simplicidade e a nobreza de uma arquitetura estrutural” (Dewey, 2007, p. 232).

Diria que Gregori tenderia a concordar com essa leitura pragmatista na medida em que afirma que a troca de máscaras sociais e as mudanças de conduta de seus interlocutores não significam um “ausência de parâmetros morais”, uma vez que estes “estão presentes e são atualizados nas relações que os meninos estabelecem”. O que a análise dela mostra é uma “habilidade [pragmática, eu acrescentaria] de transitar de um polo a outro” (Gregori, 2000, p. 221).

Retomo o pragmatismo não tanto em seu aspecto normativo de busca de construção de uma sociedade democrática, mas por dois outros motivos. O primeiro é justamente pela defesa da capacidade humana ativar a imaginação e a criatividade em diferentes contextos sociais. O segundo é a centralidade que essa corrente filosófica confere ao contexto para determinar a explicação mais relevante para um determinado problema prático que se apresenta aos sujeitos. Há, portanto, um projeto teórico e político na base do pragmatismo de liberar os seres humanos dos limites estabelecidos pelas “estruturas sociais”. Imaginar, agir e criar são capacidades humanas fundamentais que não podem ser secundarizadas em nome de uma estrutura que se impõe sobre nós como uma camisa de força intransponível.

Para os pragmatistas, o estabelecimento de um fim não é um ato de consciência que tenha lugar fora dos contextos de ação. Em vez disso, o estabelecimento de um fim só pode ser resultado da reflexão sobre as resistências encontradas pelo comportamento variavelmente orientado de uma forma de vida cujo mundo já está sempre esquematizado de maneira prática antes de qualquer reflexão. Há, portanto, a seleção de uma motivação dominante que, como fim, domina as outras motivações

ou permite que elas entrem em ação apenas secundariamente. As conexões entre os quadros morais de ação e a prática propriamente dita são estabelecidas experimentalmente entre impulsos e as possibilidades de ação, o que também é influenciado pelas possibilidades imaginadas (Joas, 1996, p. 248).

Nesse sentido, a tarefa da sociologia, segundo a visão pragmatista seria produzir uma “sociologia da crítica” ou uma “sociologia da sociedade crítica”, que deve encarar buscar a reconstrução do espaço crítico dentro do qual operam os sujeitos (Boltanski, 2011; 2015).

É preciso, então, recuperar a capacidade criativa dos sujeitos em todas as situações experienciadas em seus cotidianos. Para isso, o diálogo com a psicologia social de George Mead foi fundamental para o estabelecimento das bases sociológicas do pragmatismo ao apontar que a ação social é guiada pela resolução criativa dos problemas por meio de uma inteligência experimental (Joas, 1993; 1996). Na leitura de Joas, a criatividade viria da imaginação de performances alternativas de ação, tal com parecem fazer os interlocutores de Gregori. Assim, todos os valores morais devem ser levados em consideração, apontando para a dimensão da intersubjetividade na ação social.

Nesse sentido, a prática social deve ser teorizada como “situada no tempo e no espaço, tanto em termos de contextos específicos de ação quanto dos hábitos sociais e códigos semióticos disponíveis aos agentes envolvidos”. Quando um sujeito se encontra em uma situação de resolução de problemas específicos – como no caso dos “meninos de rua” analisados por Gregori – ele se baseia nos “hábitos e códigos sociais e individuais disponíveis para definir sua ação” (Bortoluci, 2014, p. 78). No entanto, é possível que a situação coloque em xeque a pertinência desses hábitos, levando a um potencial questionamento e reformulação desses hábitos e códigos. Essas situações são teorizadas por alguns pragmatistas como “problemática” (Cefaï, 2017) ou “crítica” (Boltanski e Thevenot, 1999), ou seja, situações concretas em que as reações habituais a um determinado ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos, demandando, portanto, novas práticas e ações com o objetivo ou de se adequar à nova estrutura social ou de tentar modificá-la.

Essa oscilação “entre a criatividade e o hábito” é justamente o que aparece nas cenas etnográficas descritas por Gregori em que Rodrigo troca sua “máscara social” de acordo com o interlocutor e com a “situação problemática” que se apresenta a ele, experimentando pragmaticamente qual a melhor performance ele deve desempenhar para alcançar seus objetivos. Esses objetivos são também cambiantes e podem oscilar entre “chamar atenção” ou conseguir algum tipo de recompensa material, seja ela dinheiro ou comida.

O jogo com a representação simbólica que os outros fazem das ações dos sujeitos analisados por Gregori é central na sua definição da “viração”. Isso abre a possibilidade de entender a sociedade não apenas como restrição da agência, mas também como uma fonte de inspiração para a imaginação de possibilidades alternativas, uma expansão do self e uma liberação e intensificação das energias pessoais.

Contudo, não podemos deixar de lado o terceiro aspecto da “viração” relacionado à incapacidade dessa experiência projetar os sujeitos para o futuro e para fora da situação em que vivem. O pragmatismo traz respostas interessantes para esse problema por meio da ideia de “criatividade situada” (Joas, 1997) ou das noções de “momento crítico” (Cefai, 2017) ou “situação problemática” (Boltanski e Thevenot, 1999). No entanto, são ainda respostas limitadas que dependem de perturbações externas ou mudanças incrementais de caráter situacional.

Minhas pesquisas empíricas junto à moradores de bairros periféricos de São Paulo na última década tem se preocupado, entre outros temas, com a construção de projetos de vida ligados à mobilidade social. Para aprofundar a reflexão até aqui apresentada no sentido da possibilidade de romper o “ciclo vicioso da viração”, recorro aos escritos da socióloga inglesa Margaret Archer que, partindo de uma crítica aos limites da noção de *habitus* de Bourdieu da estruturação de Giddens e do realismo crítico de Roy Bhaskar, busca defender a reflexividade como elemento central para compreensão e explicação da ação humana. Para ela, nenhuma dessas formulações teóricas dá conta de explicar porque as pessoas respondem de forma diferente a condicionamentos sociais semelhantes. Essa situação viria do fato de que todos os seres humanos debatem interna e externamente sobre como agir e o resultado desses “debates” os levam a conclusões distintas (Archer, 2016).

Para ela, é inegável a existência de condicionantes estruturais – no caso em questão a pobreza, a miséria e a precariedade do mercado de trabalho brasileiro, mas também as representações simbólicas que são feitas sobre essas pessoas nessas situações. No entanto, existem também projetos agenciais, ou seja, projetos formulados a partir do que ela chama de “conversações internas” que requerem o engajamento voluntário dos agentes.

Desse modo, Archer defende “substituir a imputação da subjetividade por sua investigação”. Em sua leitura, essas “conversações internas” são os processos que fazem a mediação entre os estímulos estruturais e culturais a que estamos submetidos e nossas tomadas de decisão. A reflexividade, portanto, é o que nos torna “agentes ativos” e é a forma pela qual nos movemos pelo mundo (Archer, 2007). Seria necessário, portanto, incorporar um terceiro elemento na relação entre

estrutura (objetiva) e agência (subjativa). Esse terceiro elemento é justamente as deliberações reflexivas dos agentes. Esse terceiro elemento serviria, segundo Archer, para fugir das generalizações empíricas sobre “o que a maioria das pessoas faz na maior parte do tempo” (Archer, 2016). Archer clama, então, para uma investigação das subjetividades evitando, assim, uma imputação externa ou uma eliminação dessa característica humana fundamental.

Para os propósitos deste texto, o mais relevante das formulações teóricas de Archer está em seu estudo sobre a formulação de projetos de mobilidade social, algo que está ausente nas formulações do pragmatismo e da “viração” tal como definida por Gregori. As proposições de Archer são especialmente relevantes quando olhamos para a generalização do uso do termo “viração” para caracterizar todo e qualquer sujeito que “se vira” em meio às precariedades urbanas e do mercado de trabalho brasileiro. O que busco questionar aqui não são as formulações de Gregori ou sua pertinência analítica, mas a possibilidade e a pertinência de expandirmos um conceito criado para interpretar a ação de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua e dele não encontram saídas para contextos tão distintos quanto homens e mulheres que, mesmo em condições de vulnerabilidade e estruturalmente adversas, buscam construir projetos de vida que as conduzam de alguma forma para fora dessa situação. Por isso, é necessário retomar a noção de “projetos de vida” e as aspirações de mobilidade social como porta de entrada para o entendimento da diversidade de subjetividades entre essas pessoas.

Segundo Archer, o que distingue os seres humanos de outros animais é “sua capacidade reflexiva de projetar (e redesenhar) muitos dos projetos que realizam”. Para ela,

cada pessoa busca desenvolver um curso de ação concreto para realizar essa preocupação [...] A própria ação, portanto, depende da existência do que chamamos de “projetos”, onde um projeto representa qualquer curso de ação intencionalmente adotado por um ser humano. (Archer, 2007, p. 7).

Isso não significa que não existam restrições e capacitações que exerçam poderes causais de forma estrutural sobre os sujeitos. No entanto, referências vagas ao processo de “condicionamento social” são insuficientes uma vez que “condicionamento não é determinismo”. Assim, ela reforça que “as respostas agenciais podem variar muito: da evasão, passando pela conformidade, até a manipulação estratégica ou subversão”. Evidentemente que essa “subjetividade agencial” é moldada por influências sociais, como ideologia, “*habitus*” e as representações que são feitas sobre nós. No entanto, ela argumenta que é preciso analisar concretamente como essa influência ou essa moldagem ocorre em cada caso subjetivo.

Ao estudar diferentes projetos e padrões de mobilidade social, Archer (2007) construiu três tipos analíticos de reflexividade: 1) “reflexivos comunicativos” que constroem suas reflexões mediante conversas exteriores com amigos ou parentes, ou seja, pedindo opiniões, conselhos, indicações. Estes seriam aqueles que enfrentam uma maior imobilidade social e geográfica, já que seriam excessivamente dependentes das trocas com pessoas que lhes são semelhantes; 2) “reflexivos autônomos” que fazem suas reflexões de maneira solitária e buscam planejar suas ações de maneira mais minuciosa levando em conta os cursos de ação e resultados possíveis. Eles têm maior potencial de mobilidade social, embora enfrentem diversos obstáculos estruturais para isso; 3) “metarreflexivos” que questionam de forma muito intensa, chegando ao ponto de questionar em que medida determinados caminhos levariam a uma maior ou menor autorrealização pessoal. Com frequência eles estão mais preocupados com os valores morais de suas decisões do que com melhor decisão em termos de ganhos materiais (Archer, 2007; Campos, 2016).

Assim como os pragmatistas, portanto, Archer também está preocupada com a ação prática que surge a partir da busca de alternativas mediante entraves de uma ação rotinizada. No entanto, a autora inglesa dá mais ênfase às deliberações internas do que às deliberações pragmáticas que surgem em situações críticas (Campos, 2016). Daí a centralidade da noção de projeto.

Em suma, o que pretendo argumentar a partir dessa digressão teórica é que o conceito de “viração”, tal como formulado originalmente por Maria Filomena Gregori, pode não dar conta da diversidade de subjetividades concretamente encontradas entre o que a sociologia urbana tem chamado de “viradores” contemporâneos. Em minha experiência de pesquisa entre moradores das periferias urbanas nas últimas décadas, destaca-se a centralidade de projetos de vida em torno da busca de mobilidade social (Fontes, 2018; 2021; 2024) – com maior ou menor sucesso – ou seja que projetam para fora do “circulo vicioso” da “viração” e que trazem a reflexividade como elemento central. Por isso, proponho o uso da categoria nativa “sevirologia” não como um substituto, mas como um conceito que pode se adequar melhor para análise de alguns casos concretos. Na próxima seção esboço uma tentativa de construção analítica desse conceito a partir da formulação nativa que tenho encontrado em meus últimos anos de pesquisa nas periferias urbanas.

CONCEITUANDO A SEVIROLOGIA

A primeira vez que ouvi a palavra “sevirologia” foi durante uma entrevista com Talita, uma “empreendedora periférica” (Fontes, 2023), branca, na ocasião com 40 anos. Ela é proprietária de uma agência de comunicação voltada para apoiar pequenos empreendedores das periferias. Desde os 12 anos ela e suas três irmãs foram criadas apenas por sua mãe, pois ela se separou do seu pai após episódios recorrentes de violência doméstica. Nesse período, ela dividia o mesmo quarto com as irmãs em uma “casa com chão de terra batida”. Diante disso, todas elas entraram cedo no mercado de trabalho, aos 15 anos, e aprenderam a “se virar” para ajudar nas despesas da casa.

Após uma série de situações de assédio moral vivenciadas em diferentes ambientes de trabalho que a levaram a exaustão mental e depressão, ela voltou a morar com a mãe, na periferia sul de São Paulo. Foi ao descrever esse período que ela me apresentou a noção de “sevirologia”:

A gente trabalha sempre... por exemplo, quando eu ficava sem trabalhar mesmo, [quando morava] em Pinheiros, eu já tive um brechó com uma amiga. E aí a gente vendia roupa, ia na casa dos amigos no final de semana e vendia as roupas. E aí fazia festa com os amigos e vendia as roupas. Então, você tá sempre arrumando... Quando eu fiquei na minha mãe, eu vendi pão de mel e trufas, mesmo sem saber [fazer os doces]. E aí você tem essa coisa que a Adriana Barbosa, da Feira Preta, ela fala que é *a sevirologia, que você se vira de alguma forma*, eu não sei se você já ouviu esse termo, mas as pessoas já usam, mas ninguém dá um crédito pra ela. (Talita, entrevista ao autor, março de 2022)

Para Talita, a sevirologia está, portanto, bastante focada na dimensão material, ou seja, na capacidade de “se virar”, ou encontrar caminhos em meio à escassez e à precariedade da ausência de proteção social efetiva, mas como veremos, o conceito tem algo a mais.

A partir dessa fala comecei a tentar traçar uma genealogia da categoria. Seguindo a pista de Talita, fui atrás de entrevistas e artigos de Adriana Barbosa, fundadora da Feira Preta, tida como “a maior feira negra da América Latina”. Adriana tem se tornado uma importante articuladora do empreendedorismo entre pessoas negras e moradores de periferias urbanas, sobretudo no campo da chamada “Economia Criativa”. Sua atuação tem ganhado destaque junto a governos e nos meios de comunicação. Em 2019, ela recebeu o Troféu Grão do Prêmio Empreendedor Social da Folha de São Paulo, com a aceleradora Pretahub, e foi contemplada na categoria Empreendedorismo e Negócios do Prêmio Claudia. No ano seguinte, ela ganhou o Prêmio Estado de São Paulo para as Artes.

Em um artigo publicado no Portal UOL durante a pandemia de Covid-19 Adriana escreveu sobre o conceito de “sevirologia”:

Quero chamar a atenção para a “Sevirologia”. Pra quem me acompanha mais de pertinho, deve se lembrar, que conto a minha história de vida e da Feira Preta a partir da arte de se virar. Mas não fui eu quem criei essa palavra com significado próprio.

A primeira vez que me deparei com esse termo, foi em uma troca de conversa com o baiano Reinaldo Pamponet, ex-executivo da Microsoft que aliou uma visão de futuro ligado às novas tecnologias à força simbólica do tambor, dando início a Eletrocooperativa, que formou mais de 2 mil jovens no Pelourinho, em Salvador (BA). Ele foi um dos caras que me ajudou a enxergar a potência da Economia Criativa como um caminho para a sociedade em rede e com valores da colaboração e do compartilhamento. Atualmente, esse visionário gere a ItsNoon, uma rede virtual com mais de 7 mil pessoas que buscam espaço para trabalhar e se conectar com a sociedade (Barbosa, 2020)

No texto, ela apresentava quatro “histórias de empreendedores que souberam se virar para driblar a crise”. Assim como para Talita, para Barbosa, a “sevirologia” tem a ver com a capacidade de pessoas subalternizadas encontrarem saídas materiais em situações adversas, mas sobretudo com uma forte valorização da criatividade historicamente desenvolvida por essas pessoas, correndo o risco de cair em certa romantização ou ao menos uma justificação da precariedade (Lima & Oliveira, 2021).

No entanto, para os propósitos deste artigo, quero chamar a atenção para a dimensão de enquadramento simbólico que o uso do termo por Adriana Barbosa busca fazer. Ao abordar o tema dentro de uma perspectiva do “empreendedorismo negro” e ressaltar a capacidade “inovadora” das pessoas que historicamente viveram em condições de precariedade, ela busca dialogar com ideia de empreendedorismo fortemente presente no capitalismo contemporâneo em sua fase neoliberal, procurando ressignificar alguns de seus termos mais caros, como é o caso da “inovação”.

Em artigo recente publicado no blog da revista Forbes, Barbosa (2024) destaca a trajetória de Oluwakemi Oritsejafor, uma “artista e empreendedora nigeriana-liberiana-americana que fundou a SOLA Market”. Ela sustenta que a verdadeira inovação apresentada por essa empreendedora está na criação de “uma rede de suporte que incentiva o reaproveitamento de materiais e fomenta uma economia criativa pautada na redução de desperdícios” e que o “mercado” ao não enxergar o potencial de iniciativas como essa “está com uma leitura equivocada – e perigosa – do tempo e espaço em que vivemos”. Para ela, esse tipo de “inovação criativa” surgiria “como resposta aos desafios enfrentados por comunidades vulneráveis”, que busca “aliar sustentabilidade à inclusão”.

A gente mostra que, sim, existe um mercado e empreendedores. Ano que vem, completamos 130 anos da abolição da escravidão e empreender foi a forma que os negros encontraram para sobreviver. É a “sevirologia”. E o maior legado da feira é esse, dar visibilidade para o quanto a população negra foi inventiva e criativa em um contexto de adversidade (Adriana Barbosa, 2018, em entrevista ao blog Mulherias, disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2018/05/03/para-as-mulheres-da-periferia-inovacao-empresarial-e-sevirologia/?cmpid=copiaecola>).

Adriana Barbosa, no entanto, não foi a criadora da ideia de “sevirologia”, pois como ela mesma disse, ouviu o termo pela primeira vez de Reinaldo Pamponet. Baiano, filho de uma família de classe média e formado em administração de empresas com passagem por grandes bancos e empresas

multinacionais, ele parece ter tido um papel central na confluência da ideia de “inovação” com a noção de “sevirologia”.

Em uma palestra em formato “TEDx” ele aponta que a *sevirologia* deve partir de quatro princípios: “não há nada de errado com você”; “aprender sendo quem você é”; “fazer o melhor que você pode com o que você tem”; e “se vire para vir a ser”. Com isso, ele se mostra um importante disseminador do que tenho chamado de matriz discursiva do “empreendedorismo de impacto social”, que pode ser resumida na ideia de que é possível conciliar a conquista de bens materiais, ou de “ganhar dinheiro”, e de “mudar o mundo” ao mesmo tempo (Fontes, 2023). Essa matriz discursiva busca disseminar a ideia de que o trabalho pode ter um *sentido* proporcionando transformações individuais e coletivas a partir da realidade de cada um. Em outras palavras, a partir de “quem você é” e ciente de que “não há nada de errado com você” e fazendo “o melhor que você pode com o que você tem” é possível “vir a ser” algo diferente.

Essa ideia por trás da “sevirologia” está presente em falas diversas outras lideranças do mundo do “empreendedorismo periférico” como Thamyra Thamara, cofundadora do projeto Gato Mídia que, desde 2014, oferece aprendizado em mídia e tecnologia para jovens negros e moradores de favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Para ela “a diferença da sevirologia para as habilidades valorizadas no mercado de trabalho, como criatividade e adaptação às mudanças, é que não se identifica nem se valoriza no pobre esses mesmos talentos”. Assim, o “mercado” não enxergaria a “habilidade a capacidade que temos para potencializar o que tá na nossa mão” (Martinelli, 2018).

Até aqui, poderia ser dito que as dimensões material e simbólica apontados por Gregori na viração estão presentes na ideia de “sevirologia”, embora com conteúdos diferentes. Ambos os termos apontam para a capacidade situacional de “se virar” para encontrar formas de sobreviver materialmente. Da mesma forma, na dimensão simbólica, em ambos os casos trata-se de usar “máscaras sociais” diferentes a depender do interlocutor ou da situação. Na “viração” dos “meninos de rua” essas máscaras são estabelecidas por instituições ou pessoas que passam, trabalham ou vivem nas ruas. No caso da “sevirologia” trata-se de situar-se perante seus semelhantes – mulheres, pessoas negras ou moradores de periferias urbanas – mas também perante o “mercado” que valoriza a inovação e a criatividade.

No entanto, a “sevirologia” aponta uma busca de fuga da condição de precariedade e uma inserção no mercado capitalista e na condição de empreendedores que a noção de “viração” trata como impossibilidade, seja por questões materiais ou simbólicas e subjetivas. Há, portanto, um projeto

de mobilidade social e de integração ao “mercado” a partir dessa posição social que essas pessoas ocuparam historicamente.

As práticas de “sevirologia” escapam, portanto, do “aprisionamento circular” que a noção de “viração” originalmente trazia. Isso ocorre por meio do estímulo à reflexividade de que nos fala Archer, seja por meio de uma reflexividade “comunicativa” com outros empreendedores ou com seus familiares, como muitas de minhas interlocutoras afirmam ter aprendido com suas mães a “se virar”; ou de forma “autônoma” descobrindo “quem você é” e “fazendo o melhor com o que você tem”. Além disso, há também presente uma “metarreflexividade”, pois é marcante a preocupação com os valores morais das decisões, sobretudo no incentivo para que outras pessoas em condições semelhantes também encontre seu caminho de “prosperidade”. Os tipos ideias descritos por Archer são acionados de maneira intercambiável, mostrando como, na realidade, eles não são isolados, mas fazem parte de trajetórias pessoais em diferentes momentos ou contextos sociais.

Essa metarreflexividade abre espaço para um terceiro significado da noção de “sevirologia”, de caráter político, já presente em certa medida no incentivo de Adriana Barbosa na construção da Feira Preta e do Pretahub, por exemplo, que buscam valorizar e incentivar o empreendedorismo entre pessoas negras.

Seguindo em minhas buscas pela genealogia do termo, encontrei a referência mais antiga em José Soró, articulador cultural e uma importante liderança na região de Perus, periferia noroeste de São Paulo. Falecido em 2019, ele foi parte do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus e esteve envolvido no fortalecimento do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus (TICP). Soró atuou na Comunidade Cultural Quilombaque e foi um dos idealizadores do movimento de ocupações culturais no bairro de Perus, movimento esse que deu origem à Ocupação Artística Canhoba e à Ocupação Casa Hip Hop Perus, em 2016 .

Para os atuais membros da Comunidade Cultural Quilombaque, que reivindicam o legado de Soró, como Cleiton Ferreira, conhecido como Fofão, a “sevirologia” resume “uma nova arte produzida nas periferias, que resistem e (re)formulam tecnologias, inovações e culturas a partir de uma linguagem de resistência” e que teria surgido em resposta às “dificuldades de sobrevivência” em meio à precariedade das periferias urbanas. Assim, este terceiro elemento, ligado a resistências cotidianas e que podem ser lidas como “infrapolítica dos subalternos” e como “discursos ocultos” que podem desembocar em “formas cotidianas de resistência” (Scott, 1990) está presente na origem da noção de “sevirologia”. Em outras palavras, trata-se da capacidade de construção de alternativas e formas de

mobilização política a partir da realidade de precariedade e vulnerabilidade social vivenciada por grupos subalternizados.

Em suma, é possível dizer que a “sevirologia”, assim como a “viração”, tem um caráter de “criatividade situada” pragmática em busca da sobrevivência material, no sentido de encontrar maneiras de “se virar” em situações adversas. Do mesmo modo, a dimensão da manipulação de “recursos simbólicos e ‘identificatórios’” está presente em ambos os casos. No caso da viração, esses recursos dizem respeito às formas como as crianças de rua são tratadas pela sociedade que os rodeia, sejam pessoas ou instituições com quem elas têm contato. Já na “sevirologia”, essa dimensão simbólica aparece por meio da apropriação e ressignificação de discursos contemporâneos que trabalham com a disseminação da lógica do “empreendedorismo” com destaque para a centralidade da ideia de “inovação”, mas também para a valorização de oferecer um “sentido” ao trabalho no mundo contemporâneo.

Neste ponto, a “sevirologia” começa a se distanciar da “viração” na medida em que mais do que uma criatividade situacional, há um chamado para a reflexividade para que esse “sentido” no trabalho seja alcançado. Há, ainda, na “sevirologia” a dimensão da construção de um projeto de mobilidade social que busca a superação das condições precárias em que se vive. Por fim, mas não menos importante, está a dimensão política e de construção de formas cotidianas de resistência presente na construção desta categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste texto reconstruir o conceito de “viração” tal como definido por Maria Filomena Gregori em seu triplo caráter e enquadrá-lo sociologicamente como forma de apontar seus alcances e limites para analisar casos concretos cotidianos com os quais a sociologia urbana tem se deparado. Além disso, tentei esboçar a construção de uma categoria alternativa, a “sevirologia” apontando a dimensão reflexiva da construção de projetos individuais de mobilidade social e inserção no mercado, mas também para projetos coletivos de apoio entre iguais ou de resistência diante da situação de subalternização a que essas pessoas foram historicamente submetidas.

Tanto a “viração” quanto a “sevirologia” são neologismos criados captar uma realidade recorrente na vida de diferentes grupos que vivem em situações de precariedade estrutural nas cidades brasileiras e de outros países da periferia do capitalismo. “Viração” traz um sufixo voltado para a

“ação”, o que enfatiza o caráter pragmático de quem precisa agir para “se virar” sem necessariamente conseguir romper o ciclo perverso de pobreza e privação material. Por outro lado, “sevirologia”, traz o sufixo derivado do grego “logos”, que remete à “lógica” e à capacidade reflexiva dos seres humanos em suas práticas. Ser capaz de pensar ou refletir é, na filosofia ocidental, a base do que é ser humano e o sufixo “logos” é o que define uma ciência ou o acúmulo sistemático de conhecimento em um área do conhecimento humano, como é o caso da “sociologia” ou da “antropologia”.

Tal como defendido no projeto político dos pragmatistas, todos os seres humanos são capazes de pensar e refletir e, com isso, constituem subjetividades essencialmente diversas. A partir disso, são capazes de construir projetos e acumular saberes que escampam, mas podem complementar à racionalidade com a qual o saber científico acostumado a trabalhar. Evidentemente que há casos em que essa reflexividade é extremamente limitada pelas condições estruturais e subjetivas das pessoas, o que Archer qualifica como “reflexividade fraturada” (Archer, 2012), e que talvez seja o caso dos “meninos de rua” analisados por Gregori. No entanto, essa não é uma regra generalizada e seguramente não é o caso da maior parte do interlocutores com quem tenho feito pesquisa nos últimos dez anos.

Assim, não se trata de descartar a categoria de “viração” e substituí-la pela “sevirologia”. Ambas as categorias podem ter potencial explicativo da realidade concreta de trabalhadoras e trabalhadores precarizados e pessoas em diferentes contextos de subalternidade. No entanto, as implicações teóricas do uso de cada conceito devem ser trazidas à tona, evitando o uso acrítico do termo ou mesmo sua vulgarização. A preponderância da dimensão prática e “aprisionante”, de um lado, ou a dimensão reflexiva, de outro, devem ser analisadas e apresentadas em cada caso concreto.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 933–955, 2021
- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. In: PASSA PALAVRA. 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>.
- ADRIANA BARBOSA - SEVIROLOGIA: HISTÓRIAS INSPIRADORAS DE EMPREENDEDORES NA PANDEMIA. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/adriana-barbosa/2020/10/13/sevirologia-historias-inspiradoras-de-empresendedores-na-pandemia.htm>. Acesso em: 11 jul. 2025.

- ARCHER, M. Explicação e compreensão podem ser ligadas numa história única?. In: VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J.-F. (org.). *Além do habitus. Teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- ARCHER, M. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2007.
- ARCHER, Margaret Scotford. *The reflexive imperative in late modernity*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- BARBOSA, Adriana. A Inovação Que Vemos no Mercado é a Inovação Que a Gente Precisa?. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/10/adriana-barbosa-inovacao-que-vemos-mercado-a-inovacao-que-a-gente-precisa/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BARBOSA, Lucas. ARTE DA SEVIROLOGIA NOS TERRITÓRIOS DE CONFLITOS. In: USINA DE VALORES. 9 jun. 2020. Disponível em: <https://usinadevalores.org.br/arte-da-sevirologia-nos-territorios-de-conflitos/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BOLTANSKI, L. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J.-F. (org.). *Além do habitus. Teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. *European journal of social theory*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.
- BORTOLUCI, J. H. RAZÃO PRÁTICA, PERFORMATIVIDADE E CRIATIVIDADE SITUADA: tensão e complementaridade entre três paradigmas da ação. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 1, n. 40, p. 63–85,
- CAMPOS, P. de L. Circuito-circunscrito: apontamentos sobre arte de rua e a viração de poetas no Rio de Janeiro. *Proa: Revista de Antropologia e Arte*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 159–176, 2017.
- CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, [s. l.], v. 36, n. 01, p. 187–213, 2017.
- COSTA, H. Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano. 2022. Tese de Doutorado - Universidade de Campinas, Campinas, 2022.
- DEWEY, J. O desenvolvimento do pragmatismo americano. Sba: Controle & Automação Sociedade Brasileira de Automatica, [s. l.], v. 5, n. 2, 2007.
- DURHAM, E. R. A família operária: consciência e ideologia. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 23, n. 2, 1980.
- FONTES, L. BETWEEN DREAMS AND SURVIVAL: The (Dis)Embeddedness of Neoliberalism among Entrepreneurial Workers from São Paulo's Peripheries. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 506–522, 2024.
- FONTES, L. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2000-2016). *Dados*, [s. l.], v. 65, n. 4, p. e20200132, 2022.
- FONTES, Leonardo. A EMERGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO PERIFÉRICO: A FORMAÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES EM MEIO AO MERCADO, AO ESTADO E À SOCIEDADE NAS MARGENS URBANAS. [S. l.]: FapUNIFESP (SciELO), 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6817/version/7211>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- FRANCO, F. L. F. N. Neoliberal Platform Capitalism and Subjectivity. *South Atlantic Quarterly*, [s. l.], v. 120, n. 4, p. 795–808, 2021.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 16. ed. Petropolis: Vozes, 2009.
- GREGORI, M. F. *Viração: experiências de meninos de rua*. [S. l.]: Companhia das Letras, 2000.
- JOAS, H. *The Creativity of Action*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- JOAS, Hans. *Pragmatism and social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JOAS, Hans. *The creativity of action*. tradução: Jeremy Gaines; Paul Keast. Cambridge Malden: Polity Press, 1996.

RIZEKRIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 49–58, 2006.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, [s. l.], v. 18, n. 1, 2006.

UCHÔA DE OLIVEIRA, F. et al. Trabalho e viração em empresas-aplicativo: um panorama da uberização na cidade de São Paulo durante a pandemia. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, [s. l.], v. 6, 2023.

VANDENBERGHE, Frédéric. Os pós-bourdiesianos: retrato de uma família disfuncional. In: *ALÉM DO HABITUS: TEORIA SOCIAL PÓS- BOURDIEUSIANA*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio Ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPEX) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O autor declara que não utilizou Inteligência Artificial para a escrita deste artigo.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER: Leonardo de Oliveira Fontes é professor do Departamento de Sociologia da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Cebrap. É doutor em sociologia pelo IESP-UERJ e fez pós-doutorado no IPP-Cebrap e na London School of Economics and Political Science (LSE).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.